

**CASTRO, IVO. INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO PORTUGUÊS:  
GEOGRAFIA DA LÍNGUA. PORTUGUÊS ANTIGO**

*José Mario Botelho* (FFP-UERJ)  
[botelho\\_mario@hotmail.com](mailto:botelho_mario@hotmail.com)



CASTRO, Ivo. *Introdução à história do português: Geografia da língua. Português antigo*. Lisboa: Edições Colibri, 2004. 80pp.

<https://www.wook.pt/livro/introducao-a-historia-do-portugues-ivo-castro/188964>

Desde a publicação da única obra deveras importante acerca da história do português, de Serafim da Silva Neto (1980) – *História da língua portuguesa* –, que não se publicava uma obra de tamanha importância como esta de Ivo Castro; não só porque se trata de um tema específico e restrito a poucos estudiosos e interessados, mas mormente porque faz referência ao aspecto geográfico, que foi pouco estudado por aqueles que, desenvolvendo estudos sobre o português antigo, enfatizaram apenas o seu aspecto sócio-histórico. Ivo Castro, assim como outros renomados autores como Teyssier (1977), também valorizou as lições do Mestre Serafim da Silva Neto para desenvolver esse seu *História do português: Geografia da língua. Português antigo*, que teve a sua publicação em 2004 – e há uma segunda edição revista e muito ampliada, também pela Colibri (2006).

Nessa primeira edição, assim como o fez em outras tantas obras, Ivo Castro abordou o tema da história da língua sob a perspectiva da Sociolinguística e, por conseguinte, não deixou de tratar dos aspectos da variação linguística. Por isso mesmo é que, numa “Síntese introdutória” de apenas duas páginas e meia, intitulada “A língua portuguesa no tempo e no espaço”, fez úteis referências a: *variação social* (ou *diastrática*), *variação geográfica* (ou *diatópica*) e *variação cronológica* (ou *dicrônica*), definindo-as e comentando sobre elas.

Interessante o fato de o autor observar que se “costuma dizer-se que Portugal goza de uma condição de monolinguismo quase absoluto,

sendo o português a língua que praticamente todos os portugueses aprendem à nascença e usam ao longo da vida. Bem diferentes são as coisas em Espanha, onde se fala castelhano, mas também outras línguas oficialmente reconhecidas, como o galego, o catalão e o basco, além de grupos de dialectos que descendem de línguas medievais, como o leonês e o aragonês, e que reclamam idêntico estatuto oficial” (p. 8), e afirma que em Portugal, além do português, apenas se fala o mirandês, que tem estatuto de língua regional. Logo, para o autor, sob a perspectiva da variação social, o português é um fenômeno relativamente homogêneo, e justifica que

[...] apenas matizado pelas cambiantes de registo cultural, formalismo, grau de intimidade ou de expressividade que são normais em sociedades antigas e estruturadas como a nossa. (CASTRO, 2004, p. 8-9)

A obra é dividida em apenas três capítulos, além da breve “Síntese Introdutória” (p. 7-9), na qual o autor apresenta aqueles três tipos fundamentais de variações, relacionados ao uso da língua, que citei acima.

Ainda nessa introdução, o autor apresenta um segundo critério de classificação variacional – a distribuição da língua no espaço –, que extrapola o âmbito da questão às fronteiras de Portugal. Afirma que “um basileiro tem igual direito a dizer que a sua língua é o português, exactamente como os africanos que o têm como língua materna e, nos mesmos termos, os timorenses, macaenses, indianos, etc. que nasceram em ambientes onde se preservar a cultura e a língua portuguesa” (p. 8), uma vez que a língua portuguesa não é apenas a europeia. Logo, assevera: “Não têm razão, pois, as pessoas que pensam serem os portugueses os proprietários únicos da língua e os seus utilizadores mais competentes.” (p. 22).

Exatamente, por causa da descontinuidade territorial no mapa linguístico da língua, que, segundo Castro, “é autenticamente transcontinental”, que suas implicações históricas vão além dos movimentos que a causaram; teve “consequências futuras que o desconhecimento mútuo e o afastamento das várias populações lusofalantes não deixarão de ter sobre a unidade do sistema linguístico” (p. 8). A esta dimensão, a da *variação diacrônica*, assevera o autor, dará uma maior atenção ao longo da obra.

Em seguida, inicia o *Capítulo I – TERRITÓRIO E COMUNIDADE LINGUÍSTICA*, com uma breve “Introdução”, apresentando conceitos de “língua portuguesa”, norma, crioulo, *pidgin*. Nessa Introdução, Castro responde às perguntas: “Onde se fala português” e “Por que se fala aí português”, discutindo os aspectos que envolvem tais questionamen-

tos. Também procura refletir sobre a situação do galego face ao castelhano e face ao português, pois o autor considera que “discuti-lo aqui pressuporia uma opinião afirmativa quanto à pertença do galego moderno ao domínio linguístico do português, opinião defendida por sectores respeitáveis na Galiza, mas que não acompanharnos” (p. 12).

Depois, desenvolve o subitem 1 “Área linguística galego-portuguesa”, em que cita o modo como Ramón Menéndez Pidal descreve o traçado da “fronteira linguística que, desde a Idade Média, separa o leonês das línguas que lhe ficam a ocidente: os dialectos galegos a norte e os dialectos portugueses mais a sul” (p. 17). Para isso, trancreve um longuíssimo trecho da obra de Pidal (1962 [1906]).

Ainda nesse subitem 1, discorre acerca do *continuum* que se aplica apenas à realidade dialectal e que deixam de lado as variedades linguísticas urbanas e as normas cultas, que contrastam mais nitidamente entre si. Observa que até mesmo linguistas galegos, que defendem a autonomia atual do galego em relação ao português, reconhecem a existência desta disposição contínua dos dialetos.

Cita a classificação de Lindley Cintra, adoptada atualmente para os dialetos portugueses, que foi formulada pela primeira vez em 1970, no artigo “Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses” (CINTRA, 1971), e reformulada no capítulo “Domínio actual da língua portuguesa”, da *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 5-17), descrevendo-a ao longo desse subitem.

No subitem 3 “Português extra-europeu Brasil, Angola, Moçambique”, desenvolve uma digressão sobre o português do Brasil a partir de uma citação a Celso Cunha, que faz Castro reconhecer que “a variante brasileira da língua portuguesa foi submetida, ao longo da sua história e até ao séc. XIX, a um conjunto de factores externos que determinaram a sua variação dialectal” (p. 33). Sobre isso, cita a proposta de Antenor Nascente (1953) acerca das vogais.

Por fim, no subitem “4. Crioulos de base portuguesa”, que divide em seis subitens, descreve a formação das línguas crioulas, enfatizando os crioulos atlânticos (da Costa da Guiné até o norte de Angola) e os do Oriente. Discorre, em subitens específicos, sobre a situação da Índia, da Malásia, do Timor, de Macau, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau.

Dando continuidade, passa a desenvolver o *Capítulo II – ORIGENS DO PORTUGUÊS NO QUADRO ROMÂNICO*, que divide em dois subitens principais, subdivididos em outros tantos subitens. Primeiramente, apresenta uma breve “Introdução à Romanística”, descrevendo a sua origem, elencando as línguas românicas, tratando dos fenômenos de mudança panromânicos e da posição do português, discorrendo sobre o latim vulgar e a sua diferenciação e, finaliza esse subitem, discorrendo sobre Substrato e Superstrato. Depois, no segundo subitem principal sobre a “Formação de um espaço nacional para a língua portuguesa”, subdividido em outros quatro subitens, apresenta Mapas da península Ibérica do século VIII, reflete sobre o Romance moçárabe, descreve a Área inicial do galego-português e o Povoamento do território reconquistado, ilustrando-os com mapas.

Em seguida, passa ao terceiro e último capítulo – *PORTUGUÊS ANTIGO*, o qual também é dividido em dois principais subitens: “7. Periodização”, em que apresenta os períodos propostos por renomados autores e os discute, e propõe uma divisão em dois ciclos, a partir dos quais a história da língua portuguesa seria encarada “como repartida em duas grandes unidades cíclicas, reflectindo a história da ocupação do território, a formação do estado e os grandes movimentos da nação” (p. 84); e “8. Fontes Escritas”, no qual reflete sobre problemas, métodos, classificação e bibliografia, apresenta uma classificação dos textos não literários, uma bibliografia de textos literários, discorre sobre a primitiva produção escrita em português e, finalizando o capítulo, traça um exaustivo comentário linguístico de dois textos: *Testamento de Afonso II (1214)* e *Notícia de Torto*.

E, sem sequer um parágrafo conclusivo, finaliza a obra com uma consistente Bibliografia.

Por fim, espero ter oferecido, com esta resenha, uma considerável apresentação dessa importante obra de Ivo Castro, a qual é digna de louvor, de modo que possa despertar a estudiosos dessa área de pesquisa e de áreas afins o interesse pela sua leitura.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Ivo. *Introdução à história do português: Geografia da língua. Português antigo*. Lisboa: Edições Colibri, 2004. 80pp.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

\_\_\_\_\_. *Introdução à história do português: Geografia da língua. Português antigo*. 2. ed. Revista e muito ampliada. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. Domínio actual da língua portuguesa. In: CUNHA, C.F.; \_\_\_\_\_. *Breve Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. In: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 22, 1971. p. 81-116

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953. (Coleção “Rex”, Vol. 7)

NETO, Serafim da Silva. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952–1957.

PIDAL, Ramón Menéndez. *El dialecto leonés*. Oviedo: IDEA [Real Instituto de Estudios Asturianos], 1980.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa, 1982.